

50

Sociedade

ConCidades

CONSELHO DAS CIDADES



A VOLTA DO CONSELHO DAS CIDADES

Colegiado é reativado com a missão de fortalecer as políticas de desenvolvimento urbano; setor de mobilidade ganha mais um espaço de debate e desenvolvimento de projetos



Criado em 2004 e desativado em 2017, o Conselho das Cidades (ConCidades) voltou a funcionar no ano passado. Por meio da Resolução ConCidades nº 1, de 3 de novembro de 2023, o Ministro das Cidades e presidente do ConCidades, Jader Filho, reestabeleceu os cargos dos membros da 5ª Gestão do Conselho, que retomou suas atividades na 6ª Reunião Extraordinária, realizada entre os dias 6 e 8 de novembro de 2023, em Brasília.

O reestabelecimento do ConCidades foi recebido de forma positiva pelos atores envolvidos no setor de mobilidade urbana e transporte público. Para o diretor executivo da NTU, Francisco Christovam, a mobilidade urbana é a área que abrange as políticas públicas referentes ao transporte coletivo urbano de passageiros, e por isso é importante considerar a existência de uma instância de discussão e de negociação que tenha como um dos pilares o envolvimento de atores sociais no processo de tomada de decisão. "Como o

setor passa por um processo de transformação, particularmente no que se refere à forma como o transporte público começa a ser visto pela sociedade, pelos gestores públicos, pelos operadores privados e pelos formadores de opinião, o ConCidades tem um papel muito importante na criação de um ambiente onde esse serviço público, essencial, estratégico e fundamental possa ser discutido na sua essência e na sua abrangência mais ampla”, explica. Christovam é um dos atuais membros do ConCidades, representando a Confederação Nacional do Transporte (CNT). A NTU também está representada no colegiado por meio de seu diretor de Gestão, Marcos Bicalho.

Segundo Christovam, a participação de entidades como a CNT e a NTU eleva o nível do debate e possibilita trazer para as discussões com a sociedade uma visão mais completa dos temas que interferem no cotidiano das cidades, tanto no transporte de carga como no de passageiros, que compartilham o mesmo espaço urbano. “Como representante da CNT e dirigente da NTU, reforço que ambas as entidades estarão atentas aos debates, podendo pautar assuntos e direcionar as discussões, com o intuito de trabalhar os conceitos e princípios que devem nortear a execução dos serviços de transportes com o objetivo de conciliar o uso do espaço urbano, prestando um serviço de qualidade à população, ao menor custo possível, com a máxima sustentabilidade”, conclui.

O superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos, Luiz Carlos Mantovani Néspoli, que representa a ANTP no colegiado, comenta que o ConCidades pode ser um meio de dar continuidade ao debate de determinadas pautas do setor, como a reforma tributária, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Sistema Único de Mobilidade - SUM, o Projeto de Lei do Marco Legal do Transporte Público e o projeto de lei que prevê a utilização de recursos federais para garantir transporte público gratuito aos idosos. “Ao lado da experiência crescente de subsídios municipais e/ou tarifa zero, essas são iniciativas que se complementam, seguem adiante em várias frentes e podem mudar, para melhor, a cara do transporte público no Brasil. O Conselho das Cidades, que reúne entes governamentais e entidades de grande representatividade na mobilidade urbana, é um dos locais para fortalecimento desse debate, agindo de forma conjunta para que essas iniciativas continuem sendo desenvolvidas”, conclui Néspoli.



COMO FUNCIONA



O ConCidades, que integra a estrutura organizacional do Ministério das Cidades, é um órgão colegiado, composto por diferentes segmentos — há a participação das três esferas do poder público e de organizações da sociedade civil. É, também, um órgão de natureza consultiva e deliberativa, que funciona como uma instância na qual seus atores sociais participam de processos decisórios que envolvem as políticas de desenvolvimento urbano sustentável, entre elas a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Para melhor coordenação de seus trabalhos, o ConCidades opera por meio de cinco Comitês Técnicos: Mobilidade Urbana; Saneamento Ambiental; Habitação; Desenvolvimento Urbano e Metropolitano; e Territórios Periféricos.

Após as discussões internas dos Comitês, os encaminhamentos são submetidos à plenária do ConCidades para deliberação, visando sua aprovação.

O colegiado conta com 86 membros, que representam os seguintes segmentos:

- Poder Público Federal
- Poder Público Estadual
- Poder Público Municipal
- Entidades de movimentos populares
- Entidades empresariais
- Entidades de trabalhadores
- Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa
- Organizações Não Governamentais (ONGs). ●

ConCidades e mobilidade urbana

Na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em novembro passado, o destaque foi a aprovação, pela plenária do colegiado, de Resolução de Apoio à Implementação do Sistema Único de Mobilidade Urbana – SUM, submetida pelo Comitê Técnico de Mobilidade Urbana (CTMob).

Desenvolvido pelo Instituto MDT - Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte, o SUM estrutura o Estado, em três níveis de governo, para a execução da política de mobilidade, atribuindo maior protagonismo ao governo federal no desenvolvimento de ações, como, por exemplo, a criação de uma fonte nacional de recursos para o setor.

Ao passo que trabalha com o SUM em suas pautas, o Comitê tem como objetivo acompanhar a implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável e sua integração com as políticas dos setores de habitação, saneamento e meio ambiente, além de acompanhar a elaboração, implementação e a revisão do Plano Nacional de Mobilidade Urbana. O CTMob pretende, ainda, trabalhar em outros temas importantes para a mobilidade, como diretrizes para alocação de recursos federais para a mobilidade urbana e as pautas de universalização ao acesso do transporte público coletivo, incluindo ações voltadas para o barateamento e subsídio das tarifas.

“O CONCIDADES TEM UM PAPEL MUITO IMPORTANTE NA CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE ONDE ESSE SERVIÇO PÚBLICO, ESSENCIAL, ESTRATÉGICO E FUNDAMENTAL POSSA SER DISCUTIDO NA SUA ESSÊNCIA E NA SUA ABRANGÊNCIA MAIS AMPLA.”

Francisco Christovam
diretor executivo da NTU

Segundo o coordenador geral de Regulação da Mobilidade Urbana e relator do CTMob, Antonio Espósito, a volta do ConCidades é fundamental para a mobilidade urbana, visto que o colegiado tem entre seus objetivos o aprimoramento contínuo do setor por meio da gestão democrática, conforme previsto na Lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana. “O Sistema Único de Mobilidade é um exemplo disso, pois é uma proposta que nasceu na sociedade civil organizada e, com a aprovação da Resolução pelos Conselheiros das Cidades, começa a entrar na pauta e a ser internalizada nos poderes legislativo e executivo”, acrescenta.

A Secretaria Nacional de Mobilidade (SEMOb), do Ministério das Cidades, ressalta por sua vez a experiência e compromisso da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). O órgão destaca que a entidade, além de compor o Comitê Técnico de Mobilidade Urbana, também faz parte, desde 2021, do Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana — outra instância do Ministério. No Fórum, a NTU contribuiu para o debate do texto da minuta do Projeto de Lei do Marco Legal do Transporte Público, atualmente em tratativas com o Congresso Nacional.

Sobre a participação de outros atores envolvidos nos diferentes setores da mobilidade urbana, a Semob explica que o trabalho conjunto propicia uma visão mais ampla das dificuldades e desafios para a mobilidade urbana. Para o órgão, a pauta, assim como as dos demais serviços públicos, é de responsabilidade da sociedade como um todo, devendo ser pensada e regulada de maneira abrangente e integrada, para garantir a pluralidade de visões sobre o assunto. Por fim, a Secretaria enfatiza que os debates no âmbito do ConCidades serão essenciais para o avanço das pautas sobre mobilidade urbana, seja pela cooperação para sensibilizar os variados nichos da mobilidade, seja com apontamentos de caminhos para enfrentar os desafios do setor.



ConCidades: cronologia resumida

- Em janeiro de 2003, o Ministério das Cidades surge para atender a uma demanda de desenvolvimento urbano do País e, assim, reduzir as desigualdades sociais por meio da implementação de ações para ampliar o acesso à moradia, saneamento e transporte.
- Em novembro de 2003, ocorre a 1ª Conferência Nacional das Cidades, evento que deu origem à resolução que estabeleceu as atribuições, estrutura e composição do Conselho Nacional das Cidades.
- O ConCidades é implantado em abril de 2004, durante o primeiro mandato do governo Lula.
- No âmbito da mobilidade, uma das iniciativas que nasceram no ConCidades e que trouxeram avanços que reverberam até hoje é a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que define diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Urbana, cuja construção e aprovação foram articuladas pelo então Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana do Conselho das Cidades.
- Um dos destaques do ConCidades, a Conferência Nacional das Cidades foi realizada cinco vezes, nos anos de 2003, 2005, 2007, 2010 e 2013. Trata-se de um evento que reúne representantes dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal para debater assuntos relacionados ao desenvolvimento urbano.
- Em 2017, o Conselho é desativado, voltando às atividades em novembro de 2023.

